



A cidadania não é uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana

A escola brasileira se depara, neste final de século, com uma série de desafios que, se forem devidamente enfrentados, podem colaborar decisivamente para romper a barreira do subdesenvolvimento e transformar o país que temos no país que queremos. Se é uma ingenuidade tocante imaginar uma escola todo-poderosa como fator fundamental de transformações sociais, é de um derrotismo irreal considerar a educação forma apenas caixa de ressonância acrítica da sociedade.

Otimizar as verbas da educação; definir uma política educacional coerente e de longo prazo e mantê-la durante diferentes governos; adequar o ensino à era da informática; manter os professores atualizados; integrar o saber universal ao universo regional sem descaracterizar as especificidades; manter aceso o interesse do aluno na escola, quando saberes mais estimulantes entram em sua casa pela televisão; estes e muitos outros são problemas que cabe ao educador e aos políticos conscientes considerar. Os problemas são tamanhos que algumas questões são frequentemente relegadas a um plano secundário, como se fossem periféricas ou superficiais. É o caso da cidadania, que só há muito pouco tempo tem merecido alguma atenção das autoridades responsáveis pelo ensino, especialmente o elementar.

Afinal, qual o objetivo da escola, senão formar cidadãos? Todos sabemos que a escola enquadra, ajusta, integra, desestimula atitudes anti-sociais, ajuda a transformar o educando num ser social. Ao passar valores específicos de uma região ou de um país, passa também comportamentos e permite ao aluno acesso ao patrimônio cultural da humanidade. E os direitos e obrigações da cidadania são partes integrantes desse patrimônio.

A cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas, sim, viver. Não há possibilidade de ser cidadão num regime totalitário, como a Alemanha de Hitler, a Itália de Mussolini ou uma nação latino-americana submetida a governos militares. Isso não significa, contudo, que a democratização formal transforme, automaticamente, todos os habitantes do país em cidadãos. Costuma-se dizer que a cidadania, como a liberdade, não pode ser outorgada, mas, sim, conquistada. Se isso é verdadeiro, não é menos verdadeiro que cabe a nós, educadores, um papel fundamental no sentido de ampliar o debate sobre a questão da cidadania e os limites impostos à sua prática.

Uma boa maneira de fazê-lo seria meditarmos um pouco sobre a dificuldade que encontramos para exercer plenamente a nossa cidadania e sobre as barreiras que impedem a sua prática. Podemos dizer que muitas das dificuldades têm a ver com nossa própria História, com a maneira como a Nação brasileira

surgiu e como ela se articula com o Estado. De fato, em nosso país, o Estado precedeu a Nação, ao contrário do que ocorreu em outros países. Em 1822 estabeleceu-se como instituição jurídica o Estado brasileiro sem que houvesse ainda uma Nação brasileira. Em outras palavras, criou-se uma instituição jurídica sem a existência da correspondente base social.

Imposto sobre o povo e não criado por ele, o Estado brasileiro não o tem representado. Isso pode ser percebido até na forma como nos referimos ao nosso governo. Enquanto cidadãos europeus ou norte-americanos se referem a atitudes de seus governos na primeira pessoa do plural (nós invadimos, nós erramos, etc.), nós falamos do nosso governo na terceira pessoa do plural (eles invadiram, eles erraram, etc.).

Por conta desse divórcio entre governo e sociedade, "eles" não nos respeitam e "nós" não lhes damos legitimidade. Não nos sentimos responsáveis pelos atos do governo, portanto não nos consideramos com obrigações diante das leis. Burlar a lei, sonegar impostos, atravessar sinais vermelhos, jogar lixo nas ruas, depredar escolas, arrancar páginas de livros tirados de bibliotecas são atos que creditamos, frequentemente, a nossa esperteza e rebeldia, nunca como lesivos à sociedade de cidadãos da qual nós mesmos fazemos ou deveríamos fazer parte. A democracia brasileira só se consolidará quando todos nós nos percebermos cidadãos, com direitos e deveres, e não como um bando desarrumado e irresponsável de indivíduos.

Como se vê, o problema da cidadania tem várias facetas. Devemos, porém, dar uma atenção especial a uma questão que está presente nas relações cotidianas de todos nós e que deve ser cuidadosamente tratada na escola, onde se manifesta com mais frequência do que gostaríamos de confessar. Além disso, a escola é um local privilegiado, não só para

discuti-la, mas para iniciar um trabalho de atenuação da sua força. Estamos falando da questão do preconceito e da discriminação, em suas mais variadas formas.

No passado gostávamos de dizer que no Brasil não existia o preconceito, éramos uma ilha de tolerância, o brasileiro era cordial por natureza. Importantes autores chegaram a afirmar que até nossa escravidão foi mais amena, como se ser escravo pudesse ter algo de ameno...

Hoje, não só não temos mais esta ilusão como percebemos que o monstro da intolerância pode estar mais perto do que imaginávamos... Identificá-lo, desmistificá-lo, enfrentá-lo com determinação, definir estratégias para combatê-lo: essas são as metas que temos pela frente.

Raramente admitimos que temos preconceitos ou que discriminamos alguém. Preconceito, nunca. Temos opiniões bem-definidas sobre as coisas. Preconceito é outro *que(m)* tem... Mas se prestarmos atenção certamente nos lembraremos de certas afirmações que já fizemos ou costumamos fazer. Falamos sobre "as mulheres", a partir de experiências pontuais; conhecemos "os políticos" após acompanhar a carreira de dois ou três; sabemos tudo sobre "os militares" porque o síndico do nosso prédio é um sargento aposentado. Mas discorremos de maneira especial sobre raças e nacionalidades e, por extensão, sobre atributos inerentes a pessoas nascidas em determinados países. O mecanismo funciona mais ou menos assim: estabelecemos uma expectativa de comportamento coletivo (nacional, regional, racial), a partir de umas poucas impressões sobre esses grupos e seus componentes, ou mesmo sem conhecermos pessoalmente nenhum membro do grupo sobre o qual pontificamos. Enfim, uma noção que formamos a partir de um exemplo ou de uma informação é transplantada para toda uma categoria.

Há necessidade de se envidar esforços para que as contribuições daqueles que refletem sobre esses temas, pesquisadores, participantes de movimentos destinados a

defender categorias discriminadas, integrem os estudos sobre educação, evasão e repetência, relação professor/aluno, conteúdos curriculares, livros didáticos, formação de professores.

Embora já seja razoável o acervo de conhecimento produzido sobre essas questões, são poucos os educadores que se mostram sensíveis a essa discussão, poucos cogitam de dimensionar a sua influência no desempenho do alunado. Um exemplo disso é o fato de raramente os diagnósticos sobre educação incluírem a variável "raça" nas suas considerações...

Há necessidade de que os responsáveis pela elaboração dos currículos se empenhem para que as diferentes disciplinas estimulem, à luz dos seus conhecimentos, discussões sobre conceitos como "raça", etnia, nação, racismo, preconceito, estereótipo, etnocentrismo, bem como de todos os tipos de vieses e generalizações que levam a deturpações, concepções errôneas e levianas, de outras culturas, "raças", etnias, povos e religiões.

Raramente admitimos ter preconceitos ou que discriminamos alguém

Para além dos significados é importante enfatizar as consequências que o uso leviano que todos nós fazemos, de muitos desses conceitos no nosso cotidiano possa ter, tanto para aqueles que são afetados como para aqueles que os utilizam, acabando por sedimentá-los.

Os autores e editores de livros didáticos, por sua vez, precisam estar mais atentos para evitar que os textos e as ilustrações discriminem categorias sociais, seja por omissão, seja por veicularem sobre elas imagens negativas e estereotipadas.

Esses seriam os primeiros passos. Depois, seria importante criar um ambiente estimulante e acolhedor, para todas as crianças independentemente das suas diferenças, sejam elas raciais, culturais, religiosas, físicas; incentivar e dar oportunidade a todas de se manifestarem, de tomarem posição; aproveitar todas as ocasiões para evidenciar, de modo positivo o grupo de origem dos alunos pertencentes às minorias sociais, seja no relacionamento com os mesmos, no desenvolvimento da matéria, na postura que adota perante acontecimentos em que estiveram envolvidos, seja no próprio ambiente escolar. Nesse sentido, é importante que pessoas de diferentes origens apareçam nos materiais visuais que enfeitam as salas de aula, tanto em cenas do cotidiano como em cenas que mostrem a sua participação nos acontecimentos históricos e a sua contribuição para o nosso desenvolvimento. Não se pode esquecer que tais providências não vão só beneficiar aqueles que são discriminados, que são vítimas de preconceitos. Todos se beneficiarão, na medida em que estarão tomando conhecimento de outras culturas, outras visões de mundo e, sobretudo, estarão aprendendo uma postura de respeito ao seu semelhante, mesmo que ele seja diferente ou considerado como tal.

